

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	19
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	22
2.7 Destinação de resultados	23
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	26
2.10 Planos de negócios	27
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	29
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	30
5.2 Descrição dos controles internos	36
5.3 Programa de integridade	39
5.4 Alterações significativas	48
5.5 Outras informações relevantes	49

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último ano, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado.

A Companhia encerrou 2022 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,51, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,23 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,12.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição.

Esta posição se reflete em seu nível de *rating*. Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	3,23
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	3,12
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,51
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,50
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2022
Liquidez Geral (Ativo Circulante + ativo não circulante) / (Passivo circulante + Passivo não circulante)	1,45
Liquidez Corrente (Ativo circulante / Passivo Circulante)	0,71
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários / Passivo Circulante)	0,04

(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
  - Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
  - Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:
- Caixa e equivalente de caixa
  - Títulos e valores mobiliários

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2022
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	5.234.890
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	5.297.945
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>10.532.835</b>
Capital Próprio (%)	49,70%
Capital de Terceiros (%)	50,30%

\* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 2022, 49,70% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 50,30% oriundos de capital de terceiros (inclui os empréstimos junto ao controlador).

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2022, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controlada para assegurar esta condição. No último exercício social, se verifica o cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos, conforme apresentados abaixo:

Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	0,13
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,03

\* Dívida Bancária Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados), subtraindo-se o caixa e equivalente de caixa e os títulos e valores mobiliários

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, assim como o suporte do grupo controlador, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Ao final do exercício de 2022, o indicador financeiro Dívida Bancária Líquida sobre EBITDA fechou em 0,13, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50). Adicionalmente, a Companhia fechou 2022 com alavancagem financeira (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida somada ao Patrimônio Líquido), em 0,03. Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento satisfatório, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações no futuro.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

No último exercício social (2022), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iii) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (iv) empréstimos *intercompany* realizados com sua controladora e com outras companhias sob o mesmo controle acionário.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos e capital de giro.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros. Para complementar a geração de caixa operacional, a Companhia busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro, realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

No exercício de 2022, foram captados junto a controladores diretos e indiretos o montante de R\$ 1.342.833 mil para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinar dívidas.

### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2022, estas linhas de *back-up* financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nºs 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800.000 mil.

A Companhia também possui limite de mútuo com outras companhias sob o mesmo controle acionário, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000 mil.

Da dívida *intercompany*, o montante de R\$ 1.408.614 mil, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil, com exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar empréstimos junto à sua controladora, financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

### **f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

#### *i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2022
Scotiabank 4131 III	193.661
Scotiabank 4131 IV	116.089
<b>Total de Empréstimos</b>	<b>309.750</b>
<b>Financiamentos</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2022</b>
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	3.445
<b>Total de Financiamentos</b>	<b>3.445</b>
<b>Partes Relacionas</b>	
Enel Brasil	1.408.614
CDSA	-
Enel Finance International N.V.	3.450.376
<b>Total de Empréstimos com Partes Relacionadas</b>	<b>4.858.990</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>5.172.185</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos	322.885
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>5.495.070</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.379.039</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.116.031</b>

### Características das operações contratadas:

- a) Repasse BNDES FINAME (Capex 2012/2013) – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2013, no montante total de R\$ 73.625.065,32, em operação sindicalizada para repasse de recursos da linha de crédito FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- b) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:
  - Contrato com Scotiabank III 4131 – Empréstimo contratado em 01 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 36.900.369,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,98;
  - Contrato com Scotiabank IV 4131 – Empréstimo contratado em 26 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 22.140.221,40, equivalentes a R\$ 119.999.999,99;

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	2.397.271
2025	308.056
	<b>2.705.327</b>

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo e Financiamento - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022	%
<b>Moeda nacional</b>		
Taxa Fixa	70.753	1,3%
CDI	5.424.317	98,7%
<b>Total</b>	<b>5.495.070</b>	<b>100,0%</b>

### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BRADESCO (sindicato de repasse BNDES), BNP, HSBC, CREDIT AGRICOLE e SCOTIABANK.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

### iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findos em 31 de dezembro de 2022.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2022, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do BNDES.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Limite de endividamento:

Dos contratos vigentes, apenas os Contratos de Repasse BNDES estabelecem covenants financeiros ( $\text{Dívida Bancária Líquida} \div \text{EBITDA ajustado} \leq 3,5$ ;  $\text{Dívida Bancária Líquida} \div (\text{Dívida Bancária Líquida} + \text{PL}) \leq 0$ , os quais estão em cumprimento conforme demonstrado no item 2.1c deste formulário.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Em casos específicos, os contratos estabelecem obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia.

- Vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*):

Os principais contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2022
Scotiabank 4131 III	193.661
Scotiabank 4131 IV	116.089
BNDES (CAPEX 2012 - 2013)	3.445
<b>Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)</b>	<b>313.195</b>
Dívida Bruta Total (b)	5.495.070
<b>(a)/(b)</b>	<b>6%</b>

- Protesto de Títulos

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia. A Ampla monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.

### g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2022):**

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2022	Desembolso Total	Garantias
Enel Brasil 58	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	180.880	-	05/01/2022	100%	100%	-
Enel Brasil 59	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	76.599	-	23/12/2022	100%	100%	-
Enel Brasil 60	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	30.233	-	26/12/2022	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. IX	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	1.041.014	-	28/12/2022	100%	100%	-
Enel Brasil 61	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	14.107	-	28/12/2022	100%	100%	-

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, no respectivo período demonstrado, com o objetivo de financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia desembolsou R\$ 1.342.833 mil de recursos contratados junto a controladores diretos e indiretos, para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinanciar dívidas da Companhia.

#### **h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas relativas ao Fluxo de Caixa da Companhia:



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021	VARIACÃO	
			Δ \$	Δ %
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(92.387)	83.402	(175.789)	-211%
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	152.883	369.666	(216.783)	-59%
Perda de recebíveis de clientes	103.683	148.385	(44.702)	-30%
Depreciação e amortização	596.416	497.800	98.616	20%
Juros e variações monetárias	194.162	444.231	(250.069)	-56%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	733.613	(54.622)	788.235	-1443%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(82.908)	(31.883)	(51.025)	160%
Atualização do ativo financeiro da concessão	(261.498)	(459.053)	197.555	-43%
Valor residual de intangível e imobilizado	37.333	11.336	25.997	229%
Tributos e contribuições social diferidos	(96.937)	14.893	(111.830)	-751%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	139.893	103.863	36.030	35%
Obrigações com benefício pós-emprego	27.478	39.912	(12.434)	-31%
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(483.005)	(726.289)	243.284	-33%
Créditos a receber - subvenção e outros	81.367	(72.586)	153.953	-212%
Ativo financeiro setorial	489.769	(374.978)	864.747	-231%
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	134.851	(227.957)	362.808	-159%
Outros tributos compensáveis	(97.812)	(3.184.175)	3.086.363	-97%
Depósitos vinculados	61.959	(4.350)	66.309	-1524%
Serviços em curso	(13.164)	(6.560)	(6.604)	101%
Outros créditos	(18.255)	(39.577)	21.322	-54%
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>				
Fornecedores	(119.050)	273.147	(392.197)	-144%
Salários, provisões e encargos sociais	(7.784)	(11.073)	3.289	-30%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	169.742	(487)	170.229	-34955%
Outras obrigações fiscais	(207.478)	110.285	(317.763)	-288%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(11.384)	3.250.923	(3.262.307)	-100%
Passivo financeiro setorial	140.081	(389.484)	529.565	-136%
Encargos setoriais	16.215	33.248	(17.033)	-51%
Outras obrigações	(123.240)	84.321	(207.561)	-246%
	<b>1.464.543</b>	<b>(117.662)</b>		
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(88.705)	(150.099)	61.394	-41%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(170.229)	(150.014)	(20.215)	13%
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(203.174)	(164.623)	(38.551)	23%
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(348.393)	(15.103)	(333.290)	2207%
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(179.260)	(136.113)	(43.147)	32%
Pagamentos de juros de arrendamento	(7.555)	(2.672)	(4.883)	183%
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>467.227</b>	<b>(736.286)</b>		
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.479.429)	(1.132.486)	(346.943)	31%
Títulos e valores mobiliários	(12.264)	12.837	(25.101)	-196%
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.491.693)</b>	<b>(1.119.649)</b>		
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Aumento de capital	1.640.000	-	1.640.000	100%
Captação de empréstimos e financiamentos	1.342.834	3.744.100	(2.401.266)	-64%
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(1.000.000)	1.000.000	-100%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.994.491)	(1.574.154)	(420.337)	27%
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.476)	(14.513)	37	0%
Pagamento de dividendos	(29)	(24)	(5)	21%
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(122.200)	374.811	(497.011)	-133%
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>851.638</b>	<b>1.530.220</b>		
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(172.828)</b>	<b>(325.715)</b>	<b>152.887</b>	<b>-47%</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686	(325.715)	-57%
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>68.143</b>	<b>240.971</b>		

- Redução nas linhas de “Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa” e “Perda de recebíveis de clientes”: a redução no acumulado do exercício é justificada principalmente por ações realizadas pela Companhia visando redução da inadimplência.

- Aumento na linha de “Depreciação e amortização”: justificada pela depreciação e amortização registrada no ano.

- Redução na linha de “Juros e variações monetárias”: justificada principalmente pela atualização dos processos judiciais e encargos provisionados de contratos de empréstimos com partes relacionadas com 5 novos contratos de mútuos firmados durante o ano de 2022.

- Aumento na linha de “Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – juros e variação cambial” e “Marcação a mercado de dívida”: justificada pela variação cambial, tanto USD (5,5805 em dez/21 vs. 5,2177 em dez/22) quanto EUR (6,3210 em dez/21 vs. 5,5694 em dez/22), que faz com que diminua a ponta ativa e aumente o efeito líquido passivo do encargo do derivativo; e (ii) aumento expressivo do CDI ao longo de 2022 (dez/20 - 1,90% | dez/21 - 3,15% | dez/22 -

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

13,65%).

- Redução da linha de “Ativo financeiro setorial”: a redução na constituição de ativo regulatório entre períodos é reflexo da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor. Entre os principais impactos na variação podemos citar: (i) PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”, no montante total de -220 milhões; (ii) menor aquisição de energia, visto que no período houve maior ocorrência de chuvas ocasionando a diminuição na compra de energia proveniente das termoeletricas. Dessa forma, o PLD torna-se baixo mediante menor custo devido ao risco hidrológico dos principais reservatórios apresentarem-se com estoques elevados. Com isso, as distribuidoras se resguardam de efeitos econômicos com o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais que tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos; e (iii) diminuição no diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema em função do menor despacho da geração fora da ordem de mérito no período, assunto também impactado pelas circunstâncias do atual cenário hidrológico.

- Redução na linha de “Atualização do ativo financeiro da concessão”: é decorrente do reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da Companhia programada para março de 2023. O IPCA acumulado do ano de 2021 foi de 10,06 e 5,79 no ano de 2022.

- Aumento na linha de “Valor residual de intangível e imobilizado”: é referente as baixas não recorrentes ocorridas no exercício de 2022.

- Variação na linha de “Tributos e contribuições sociais diferidos”: decorrente principalmente sobre o diferido incidente sobre instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, itens temporariamente indedutíveis aumentaram a base de cálculo dos tributos em 2022 pois tiveram perfil de constituição em oposição a 2021 que ocorreram realizações/reversões a tal ponto que não ocorreu registro de tributo corrente.

- Variação na linha de “Provisões para processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pelo aumento de quase 100% das atualizações/reversões dos processos cíveis.

- Variação na linha de “Obrigações com benefício pós-emprego”: se deve principalmente pela redução do custo dos juros líquidos.

- Variação na linha de “Contas a receber de clientes e outros recebíveis”: se deve principalmente pelo aumento das receitas não faturadas e parcelamento de débitos.

- Variação na linha de “Créditos a receber - subvenção e outros”: decorrente do ressarcimento à Companhia, referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (Bônus - Redução Voluntária de consumo), ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio do crédito nas liquidações financeiras da CCEE.

- Variação na linha de “Imposto de renda e contribuições sociais”: se deve principalmente pelos itens temporariamente indedutíveis aumentaram a base de cálculo dos tributos em 2022 pois tiveram perfil de constituição em oposição a 2021 que ocorreram realizações/reversões a tal ponto que não ocorreu registro de tributo corrente.

- Variação na linha de “Outros tributos compensáveis”: se deve principalmente pela constituição de PIS/COFINS compensáveis a restituir aos consumidores em 2021.

- Variação na linha de “Depósitos vinculados”: se deve principalmente pelo maior volume de processos judiciais com depósito em garantia bem como a atualização SELIC incidente sobre estes depósitos.

- Variação na linha de “Fornecedores”: se deve principalmente pela redução de encargos de uso da rede.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Variação na linha de “Outras obrigações fiscais”: é decorrente principalmente pelo pagamento da perda do processo relacionado a COFINS Noventena.
- Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”: variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.
- Redução na linha de “Encargos setoriais”: decorrente da variação de Programa de Eficiência Energética - PEE (R\$ 8.247) e Pesquisa e desenvolvimento - P&D (R\$ 7.901).
- Variação na linha de “Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego”: decorrente principalmente pela redução significativa de pagamentos do Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido).
- Variação na linha de “Pagamento de imposto de renda e contribuição social”: decorrente dos impostos de renda e contribuições sociais correntes devidos pagos durante o ano.
- Variação na linha de “Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).
- Variação na linha de “Pagamento de juros de instrumento derivativo”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).
- Variação na linha de “Pagamento de processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pelos pagamentos referentes a processos cíveis no montante de R\$ 138.176.
- Variação na linha de “Adições para ativo contratual e imobilizado”: pode ser explicada principalmente pelo aumento do saldo de ativo contratual representando um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria da rede que entraram em operação em produção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- Variação na linha de “Títulos e valores mobiliários”: pode ser explicada principalmente pelo aumento das aplicações em fundos de investimentos não exclusivos.
- Variação na linha de “Aumento de capital”: pode ser explicada pelo aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2022.
- Variação na linha de “Captação de empréstimos e financiamentos”: durante o exercício de 2022, foram feitas novas captações de dívidas com a controladora Enel Brasil (4 mútuos) e com a parte relacionada EFI (1 mútuo) para financiar investimentos e capital de giro.
- Variação na linha de “Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) e Pagamentos de debêntures (principal)”: foram feitas amortizações das dívidas vincendas em 2022, bem como houve a liquidação integral através do pré-pagamento das debêntures da 10ª emissão que a Companhia possuía que tinham vencimento original previsto para 15 de março de 2024.
- Variação na linha de “Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)”: recebimento de notional de contratos de instrumentos financeiros derivativos com vencimento durante o exercício de 2022.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado	Exercício findo em 31/12/2022		Exercício findo em 31/12/2021		Var. % 2022 x 2021
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Análise Vertical e Horizontal					

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>12.291.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.414.664</b>	<b>100,00%</b>	<b>-8,37%</b>
Fornecimento de energia	8.594.978	69,93%	8.788.141	65,51%	-2,20%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-59.199	-0,48%	-30.602	-0,23%	93,45%
Subvenção Baixa Renda	87.557	0,71%	48.902	0,36%	79,05%
Subvenção de Recursos CDE	281.596	2,29%	234.905	1,75%	19,88%
Ativos e passivos financeiros setoriais	352.406	2,87%	1.413.225	10,53%	-75,06%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.043.002	8,49%	861.196	6,42%	21,11%
Receita de Construção	1.453.300	11,82%	1.104.417	8,23%	31,59%
Venda de energia excedente – MVE	124.322	1,01%	406.460	3,03%	-69,41%
Marcação a mercado de ativo indenizável	261.498	2,13%	459.053	3,42%	-43,04%
Outras Receitas	151.771	1,23%	128.967	0,96%	17,68%
<b>Deduções da Receita</b>	<b>-4.558.510</b>	<b>-37,09%</b>	<b>-4.941.146</b>	<b>-36,83%</b>	<b>-7,74%</b>
ICMS	-2.276.746	-18,52%	-2.538.728	-18,93%	-10,32%
PIS	-129.420	-1,05%	-165.836	-1,24%	-21,96%
COFINS	-596.116	-4,85%	-763.850	-5,69%	-21,96%
ISS	-4.984	-0,04%	-4.879	-0,04%	2,15%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-1.142.027	-9,29%	-804.888	-6,00%	41,89%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-59.704	-0,49%	-68.461	-0,51%	-12,79%
Encargos do consumidor CCRBT	-339.846	-2,76%	-585.649	-4,37%	-41,97%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-9.667	-0,08%	-8.855	-0,07%	9,17%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>7.732.721</b>	<b>62,91%</b>	<b>8.473.518</b>	<b>63,17%</b>	<b>-8,74%</b>
<b>Custo do Serviço / Despesa Operacional</b>	<b>-6.965.424</b>	<b>-56,67%</b>	<b>-7.949.779</b>	<b>-59,26%</b>	<b>-12,38%</b>
<b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>	<b>-3.701.089</b>	<b>-30,11%</b>	<b>-4.947.380</b>	<b>-36,88%</b>	<b>-25,19%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.661.267	-21,65%	-3.664.274	-27,32%	-27,37%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-747.486	-6,08%	-685.126	-5,11%	9,10%
Encargos dos serviços dos sistemas	-292.336	-2,38%	-597.980	-4,46%	-51,11%
<b>Custos e despesas gerenciáveis</b>	<b>-3.264.335</b>	<b>-26,56%</b>	<b>-3.002.399</b>	<b>-22,38%</b>	<b>8,72%</b>
Pessoal	-155.669	-1,27%	-155.883	-1,16%	-0,14%
Material e Serviços de Terceiros	-605.645	-4,93%	-583.496	-4,35%	3,80%
Depreciação e Amortização	-560.863	-4,56%	-465.715	-3,47%	20,43%
Prov. Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-152.883	-1,24%	-369.666	-2,76%	-58,64%
Custo de Construção	-1.453.300	-11,82%	-1.104.417	-8,23%	31,59%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-114.268	-0,93%	-90.249	-0,67%	26,61%
Perda de recebíveis de clientes	-103.683	-0,84%	-148.385	-1,11%	-30,13%
Receita de multas por impontualidade de clientes	90.982	0,74%	56.261	0,42%	61,71%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-209.006	-1,70%	-140.849	-1,05%	48,39%
<b>EBITDA</b>	<b>1.328.160</b>	<b>10,81%</b>	<b>989.454</b>	<b>7,38%</b>	<b>34,23%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Resultado do Serviço</b>	<b>767.297</b>	<b>6,24%</b>	<b>523.739</b>	<b>3,90%</b>	<b>46,50%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-863.669</b>	<b>-7,03%</b>	<b>-425.932</b>	<b>-3,18%</b>	<b>102,77%</b>
<b>Receita Financeira</b>	<b>188.574</b>	<b>1,53%</b>	<b>111.530</b>	<b>0,83%</b>	<b>69,08%</b>
Renda de aplicação financeira	23.321	0,19%	12.730	0,09%	83,20%
Juros e atualização monetária sobre impositividade de clientes	53.547	0,44%	45.082	0,34%	18,78%
Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap	10.214	0,08%	9.199	0,07%	11,03%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	82.908	0,67%	31.883	0,24%	160,04%
Juros fundo de pensão	1.772	0,01%	-	-	-
Outras receitas financeiras	31.859	0,26%	17.689	0,13%	80,11%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-15.047	-0,12%	-5.053	-0,04%	197,78%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>-1.054.452</b>	<b>-8,58%</b>	<b>-528.783</b>	<b>-3,94%</b>	<b>99,41%</b>
Dívida – marcação a mercado	-36.666	-0,30%	-2.158	-0,02%	1599,07%
Encargo de dívidas e mútuos	-367.431	-2,99%	-194.301	-1,45%	89,10%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-135.977	-1,11%	-81.470	-0,61%	66,90%
Encargo de fundo de pensão	-26.818	-0,22%	-38.922	-0,29%	-31,10%
Juros debêntures	-	-	-46.174	-0,34%	-100,00%
Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap	-390.937	-3,18%	-66.505	-0,50%	487,83%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-44.028	-0,36%	-46.201	-0,34%	-4,70%
Outras despesas financeiras	-52.595	-0,43%	-53.052	-0,40%	-0,86%
<b>Variações Cambiais</b>	<b>2.209</b>	<b>0,02%</b>	<b>-8.679</b>	<b>-0,06%</b>	<b>-125,45%</b>
Variações Cambiais – Empréstimos	352.864	2,87%	-115.460	-0,86%	-405,62%
Variações Cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge	-352.890	-2,87%	111.929	0,83%	-415,28%
Outras variações cambiais	2.235	0,02%	-5.148	-0,04%	-143,41%
<b>Lucro Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>-96.372</b>	<b>-0,78%</b>	<b>97.807</b>	<b>0,73%</b>	<b>-198,53%</b>
<b>Tributos e Outros</b>	<b>3.985</b>	<b>0,03%</b>	<b>-14.406</b>	<b>-0,11%</b>	<b>-127,66%</b>
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>-92.387</b>	<b>-0,75%</b>	<b>83.401</b>	<b>0,62%</b>	<b>-210,77%</b>

### Resultados 2022 x 2021

A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 13,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2021, explicado pelo crescimento de 13,0% e 24,8% no mercado cativo e no mercado livre, respectivamente. No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram aumento de 8,1% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento significativo de 77,9% no trimestre, reflexo da entrada de novos clientes e recuperação de consumidores irregulares. Além deste efeito, para a classe baixa renda houve também o impacto da migração de clientes devido a implementação da resolução

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Já os clientes livres apresentaram crescimento de 24,8% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo

A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2022 em 11.300 GWh, representando um aumento de 1,1% em comparação a 2021.

O consumo do mercado cativo em 2022 apresentou uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução das demais classes, relacionado às temperaturas mais baixas registradas ao longo do ano, além da deterioração do poder de consumo dos clientes em comparação ao ano passado.

Em 2022 o consumo no mercado livre registrou um aumento de 16,9% versus o mesmo período no ano anterior, em razão principalmente de uma adequação no procedimento de faturamento no 1T21, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

### Receita Operacional Líquida

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 8,7%, ou R\$ 1,1 bilhão, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 7,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia em 2022 alcançou o montante de R\$ 6,3 bilhões, uma redução de R\$ 1,1 bilhão em relação a 2021, cujo montante foi de R\$ 7,4 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução da rubrica de fornecimento de energia para o mercado cativo em R\$ 197,5 milhões refletindo os mesmos efeitos citados acima, que impactaram o trimestre;
- Redução de R\$ 1,1 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução de R\$ 282,1 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente (MVE) em relação a 2021, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Redução na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 507,4 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma menor inflação no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para março de 2023.

### Deduções da Receita

Em 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 4,6 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões em 2021, representando uma redução de 7,7% ou R\$ 382,6 milhões, resultado, sobretudo da:

- Redução do montante pago de ICMS e COFINS em R\$ 262,0 milhões e R\$ 167,7 milhões respectivamente na parte tributos e;
- Aumento de R\$ 337,1 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020 parcialmente compensado pela redução de R\$ 245,8 milhões na rubrica de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias, na parte de encargos setoriais.

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 12,4% (R\$ 984,2 milhões) em relação a 2021. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,5 bilhões em 2022, o

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que representa uma redução de 19,5% (R\$ 1,3 bilhão) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e despesas não gerenciáveis (redução de R\$ 1,2 bilhões): totalizaram R\$ 3,7 bilhões, 25,2% inferior em comparação ao valor registrado em 2021.

Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 1,0 bilhão) em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 262,1 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,8 bilhão, R\$ 86,8 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2021. Esta variação é resultado, principalmente:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 216,8 milhões) explicado por ações realizadas ao longo do ano, em particular no terceiro trimestre;
- Parcialmente compensada por um aumento de R\$ 24,0 milhões em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pelo aumento no número de processos durante o período em questão e aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R\$ 22,1 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2022.

### Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 863,7 milhões, representando um aumento de R\$ 437,7 milhões em relação a 2021.

A variação observada explica-se pelo aumento líquido de R\$ 481,3 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, juros debêntures e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI no período em 8p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).

### Lucro/Prejuízo Líquido do Período

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 92,4 milhões em 2022, o que representa uma redução de R\$ 175,9 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da maior despesa financeira em 2022 em relação ao ano anterior.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Comentários dos Diretores

#### a) resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Companhia). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica (Mercado Cativo) atingiu um montante de R\$ 8.904,9 milhões, resultado da menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e da queda no consumo de energia desta classe no período em questão (7.735 GWh em 2022 vs 8.084 GWh em 2021, ou -4,3%).

#### b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.












## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### Bandeiras Tarifárias







Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira Escassez Hídrica:** possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

### Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii)

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

### **c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de *commodities* sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3. Comentários dos Diretores sobre:

#### a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia.

#### b) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### **introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

#### **a) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

#### **b) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a) Valor das medições não contábeis**

**EBITDA**

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(R\$ mil, exceto %)	
<b>EBITDA</b>	1.328.160

**b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de R\$)	
<b>(=) Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>(92.387)</b>
(+) Resultado financeiro	863.669
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	92.952
(-) Imposto de renda e contribuição social	96.937

## 2.5 Medições não contábeis

diferidos	
(+) Depreciação e amortização	560.863
<b>(=) EBITDA</b>	<b>1.328.160</b>

**c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações EBITDA**

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

1) Mútuo Enel Finance International N.V.

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a Companhia contratou, em 3 de janeiro de 2023, uma operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de R\$ 262.103. O mútuo possui uma taxa fixa de 5,7647% a.a. com vencimento em 03 de janeiro de 2025.

Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratada simultaneamente uma operação de swap junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A., trocando o valor e taxa pactuada em euros por valor em reais com um custo de CDI + 2,16% a.a.

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantias
Enel Finance International N.V. X (c/ Swap)	262.103	03/01/2023	03/01/2025	5,76%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

2) Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A., o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de 5% do lucro do exercício para constituição de reserva legal até atingir 20% do capital social e o lucro remanescente será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito.</p> <p>Adicionalmente, nos termos do art. 27, §2º do estatuto social e do art. 202, §4º da Lei das S.A., a distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício em que a administração da Companhia informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal dar seu parecer a respeito.</p>
<b>a.i. valores das retenções de lucros</b>	<p>Não aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um prejuízo no montante de R\$92.388.048,67 (noventa e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e, portanto, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.</p>
<b>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	<p>Não Aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um prejuízo no montante de R\$92.388.048,67 (noventa e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e, portanto, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.</p>
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>



## 2.7 Destinação de resultados

<p><b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b></p>	<p>O pagamento de dividendos da Companhia ocorre anualmente. No entanto, nos termos do artigo 27, §6º, do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.</p>
<p><b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>De acordo com os contratos financeiros celebrados pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide os itens 2.1(f)(iv) deste Formulário de Referência.</p> <p>O 6º Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, celebrado em 14/03/2017 entre a Companhia e a União, também estipula a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404, de 1976) e à reserva para contingências (art. 195 da Lei das S.A.) e reversão desta última reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados e observáveis a partir das demonstrações contábeis regulatórias do ano civil subsequentes entregues à ANEEL.</p>
<p><b>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b></p>	<p>A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

- b) natureza e o propósito da operação;**

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2022, os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 544,3 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2023 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

<b>Investimentos (R\$ Mil)</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2022</b>
Novas Conexões	544.298
Rede	466.364
Combate às Perdas	149.728
Qualidade do Sistema Elétrico	251.248
Adequação à carga	65.388
Outros	435.192
<b>Total Investido</b>	<b>1.445.854</b>
Aportes / Subsídios	-
<b>Investimento Líquido</b>	<b>1.445.854</b>

*Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).*

Constituem o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

*Qualidade do Sistema Elétrico*

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente, incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

*Combate às Perdas*

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

*Outros*

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas

## 2.10 Planos de negócios

informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra.

### **ii. fontes de financiamento dos investimentos;**

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

### **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

### **b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;**

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

### **c) novos produtos e serviços, indicando:**

#### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**

#### **ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**

#### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**

#### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

### **d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2022 a Enel Distribuição Rio realizou 59 projetos que beneficiaram mais de 440 mil pessoas, com um investimento de R\$ 50 milhões. Também foram gerados R\$ 7,3 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2022, esses investimentos ambientais somaram R\$ 23,0 milhões.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia segue as diretrizes previstas no Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (“SCIGR”), definido e estruturado pelo Conselho de Administração da Enel SpA (“Enel SpA”) e da Enel Américas S.A. (“Enel Américas”), acionistas controladoras indiretas da Companhia (“Controladoras Indiretas”), o qual estabelece as diretrizes, processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação para gestão de riscos dos negócios das companhias do grupo, incluindo a Companhia, por meio de normas e procedimentais e sistêmicas nele previstos

O SCIGR está sujeito à avaliação do Comitê de Controles e Riscos das Controladoras Indiretas, órgão vinculado ao Conselho de Administração das Controladoras Indiretas, que tem por finalidade assessorá-lo na avaliação e tomada decisões relativas aos controles internos, sistema de gestão de riscos, e bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas das companhias sujeitas ao SCIGR, incluindo a Companhia

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Controle e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil realizada em 31/10/2022 (“Política”), que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-a as exigências locais em termos de cultura de riscos.

O SCIGR adota o sistema das três “linhas de ação” para que se obtenha um gerenciamento eficaz e eficiente de riscos e controles: (i) Unidades de Negócios (*Risk Owners*), cujas atividades e processos de negócio estão sujeitos à mecanismos de controle, desenvolvidos para assegurar que estas atividades e processos sejam realizados em conformidade com políticas e procedimentos internos estabelecidos pela unidade de negócio em questão, tais mecanismos são gerenciados pela área de Controles Internos; (ii) Controle de Riscos (*Risk Control*), área responsável pelo processo de gerenciamento de riscos da Companhia, assegurando o cumprimento dos limites, critérios e princípios em que se enquadram as ações relacionadas com o âmbito de risco; e (iii) Auditoria Interna, responsável por avaliar a efetividade das medidas dispostas na estrutura de Governança Corporativa, por meio de avaliação independente do sistema de controles internos e gestão de riscos, incluindo a forma como as frentes descritas nos itens “(i)” e “(ii)” acima alcançam seus objetivos de controle e gestão de riscos.

As linhas de ação das Unidades de Negócios, Controles Internos e Controle de Riscos (itens “(i)” e “(ii)” acima, respectivamente) reportam-se à Alta Administração. Já a Auditoria Interna (item “(iii)” acima) reporta-se ao Conselho de Administração.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Cada uma das linhas apontadas acima desempenha um papel distinto dentro de uma estrutura mais ampla de governança de riscos do Grupo Enel, sendo responsáveis por informar a Alta Administração da Companhia e mantê-la atualizada sobre a gestão de riscos.

A área de Controle de Riscos (*Risk Control*) possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais dessa norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, cujo principal objetivo é realizar as etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, através da definição de ações de mitigação por meio de planos elaborados junto às áreas de negócio e *Risk Owners* (colaboradores das unidades de negócio responsáveis pelos diferentes riscos). Na fase de tratamento dos riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (ISO) e das regulamentações governamentais, a fim de garantir boas práticas de governança e a continuidade dos negócios.

O gerenciamento dos controles internos visa garantir que as atividades do negócio, à luz deste tema, permitam mitigar os riscos relacionados à observação e à aplicação rigorosa de todos os procedimentos e normas atuais, ambos relacionados ao cumprimento da metodologia Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (“COSO”). A área de Controles Internos atende a todos os requisitos para o monitoramento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, incluindo a certificação semestral desses controles para auditoria externa e para definição em conjunto com os proprietários de processos e proprietários de controles ações para mitigar as deficiências dos controles endereçados pelos Auditores Externos Independentes e melhorar continuamente os processos, bem como monitorar sua implementação e comunicar o status à alta administração

O Grupo Enel possui um Comitê de Gestão de Crise Brasil, incluindo a Companhia, que visa garantir a clareza, rapidez e eficiência da tomada de decisões e comunicação interna/externa para a gestão de qualquer evento que possa comprometer a segurança das pessoas, a continuidade do serviço público e empresarial, meio ambiente, proteção patrimonial, imagem e reputação e gestão da Companhia, bem como minimizar os impactos nas partes interessadas para garantir a rápida restauração das condições operacionais normais.

O SCIGR do Grupo Enel, que inclui a Companhia, está sujeito a testes regulares e auditorias, levando em conta a evolução das operações corporativas e a situação em questão, bem como as melhores práticas e diretrizes de regulamentos internos e regulamentos internacionais como ISO 31000: 2018 (G31000), COSO, COBIT etc.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, tem como objetivo indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão e controle dos riscos inerentes aos negócios da Companhia, a fim de monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

O riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados em 6 (seis) macro categorias abaixo descritas, além de 38 subcategorias de riscos, classificados de acordo com o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos, quantificando-os antes e depois das ações de mitigação. A saber:

- (i) **Financeiros:** englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos), liquidez e adequação da estrutura de capital e acesso ao financiamento;
- (ii) **Estratégicos:** representam os riscos que afetam a estratégia ou continuidade do negócio da Companhia e/ ou seus objetivos estratégicos, estão relacionados, por exemplo, à inovação, planos de investimento, ~~nos~~ clientes, novos players, desenvolvimento legislativo e regulatório, tendências macroeconômicas e geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros;
- (iii) **Governança e Cultura:** risco de incorrer em perdas econômicas ou financeiras e danos à reputação como resultado de uma incapacidade de atingir as expectativas das partes interessadas (stakeholders), incluindo aspectos éticos e culturais da Companhia;
- (iv) **Tecnologia Digital (cyber security):** relacionados a sanções judiciais administrativas, perdas econômico-financeiras e danos à reputação, como consequência de ataques cibernéticos, roubos de dados corporativos e clientes sensíveis ou massivos, atribuíveis à falta de segurança da informação, segurança de redes, sistemas operacionais, bancos de dados, digitalização, eficácia de TI e que possam afetar a continuidade do serviço;
- (v) **Compliance:** risco de não-conformidade com regulamentação e/ou legislação (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais, direito do consumidor e rescisões contratuais), que possa gerar exposição e penalidades legais, perdas financeiras e de reputação; e
- (vi) **Operacionais:** representam os riscos da operação decorrentes de processos internos inadequados, falhas sistêmicas na rede e outros eventos de causas externas. Seu

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

monitoramento visa garantir a disponibilidade, qualidade e eficiência dos processos e infraestrutura de distribuição e transmissão.

Adicionalmente, além das macro categorias acima listadas, dentre o conjunto de riscos monitorados relacionados à sustentabilidade, aqueles relacionados às mudanças climáticas são particularmente relevantes. Dois tipos podem ser distinguidos: (i) **riscos físicos associados às mudanças climáticas**: relacionados à ocorrência de condições climáticas extremas ou a mudanças graduais; e (ii) **riscos de transição para uma economia de baixo carbono**: que envolvem riscos relacionados a mudanças regulatórias/legais, políticas, tecnológicas e de mercado com efeito de curto, médio e longo prazo.

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota procedimentos específicos de proteção para cada uma das categorias de risco descritas no item b(i) acima:

- (i) **Financeiros**: a Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do Grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo SAP GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diários e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros. O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, utilizando modelos estatísticos para de demanda e hidrologia;
- (ii) **Estratégicos**: são gerenciados pela área de *Risk Control Latin America* através das matrizes de riscos locais, classificando-os de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação deles (Unidades de Negócio e “*Risk Owners*”);
- (iii) **Tecnologia Digital (cyber security)**: por se tratar de um risco transversal, com impacto em todo o mundo, o Grupo Enel possui uma área especializada (“CERT”) e centralizada, que monitora e apoia todas as empresas do Grupo, incluindo a Companhia, em relação

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a riscos dessa natureza. O CERT faz parte da área de Segurança Cibernética, que monitora as instalações em tempo integral, em busca de melhorias contínuas na proteção em toda a organização;

- (iv) **Compliance:** para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros. Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia, e uma área específica de Regulação também da Companhia acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades da Companhia;
- (v) **Operacionais:** são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção, identificação e monitoramento desses riscos; e
- (vi) **Governança e Cultura:** para gerenciar essa classe de riscos, que envolve o relacionamento com partes interessadas (“*stakeholders*”), há acompanhamento diário da exposição e imagem da Companhia, e são realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, em complemento ao Programa de Compliance da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (“Lei 12.846/13”). Esse programa está inserido no Programa Global de Compliance, adotado pelas companhias do Grupo Enel no Brasil.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Os processos de gestão de riscos da Companhia são descentralizados, sendo cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco igualmente responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas para o seu controle e mitigação.

Dessa forma, a Companhia possui a seguinte estrutura organizacional:

#### Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração da Companhia revisar e aprovar anualmente a Política de Controle e Gestão de Riscos.

#### Comitês de Riscos

O Grupo Enel possui um Comitê Global de Gerenciamento de Riscos e um Comitê de Riscos América Latina, ambos instituídos na forma estabelecida pelos controladores da Companhia, os

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

quais possuem as seguintes atribuições em relação às companhias brasileiras, incluindo a Companhia: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo Controller de risco da; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão do gerenciamento e controle de riscos a nível global e do perímetro da América Latina.

### **Auditoria Interna**

Em linha com SCIGR (conforme definido e descrito no item 5.1(a) acima), e com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive a Política de Controle e Gestão de Riscos, a Companhia conta com uma equipe de Auditoria Interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento. A Auditoria Interna é vinculada e deve se reportar ao Conselho de Administração.

### **Área de Controles Internos**

A área de Controles Internos possui a atribuição de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos, em observância a todos os requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa. Esta área reporta-se diretamente a Alta Administração.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Política de Controle e Gestão de Riscos da Companhia é elaborada com base no SCIGR (conforme definido e descrito no item 5.1(a) acima), e revisada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Ainda, conforme informado no item anterior, a Companhia conta com área de Auditoria Interna, a fim de assegurar que as medidas tomadas para fins de gestão e controle de riscos são eficazes, bem como área de Controles Internos, com objeto de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para assegurar a efetividade da Política de Controle e Gestão de Riscos adotada, com mecanismo e procedimentos suficientes para mantê-la adequada e atualizada.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável.

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são autoavaliados, semestralmente, pelos Control Owners (“executor controle”) e Process Owners (“dono dos processos”), e testados por empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley (até a data de aplicabilidade) e Lei Italiana nº 262/05, bem como garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

Adicionalmente, conforme informado nos itens anteriores, a Companhia possui área de Controles Internos (segunda linha de ação), que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios (primeira linha de ação) na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da companhia para assegurar o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras, e concluiu que os controles internos se mostram suficientes.

#### a. as estruturas organizacionais envolvida

Cada unidade organizacional é responsável pelo gerenciamento primário dos riscos operacionais, documentação suporte e atualização tempestiva dos desenhos de controles para assegurar a suficiência das atividades vigentes na matriz de riscos e controles da Companhia. A unidade de ICR (*Internal Control Over Reporting*) é responsável pelos processos de Self Assessment (Autoavaliação) e Certificação dos Controles Internos sobre as Demonstrações Financeiras realizados semestralmente.

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por examinar e submeter à decisão

## 5.2 Descrição dos controles internos

da Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras ao final de cada exercício social.

**c. se é como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são autoavaliados, semestralmente, pelos *Control Owners* e *Process Owners*, e testados por empresa de consultoria independente para garantir e suportar a eficácia dos controles internos sobre demonstrações financeiras.

Ademais, a Companhia efetua anualmente auditorias especificamente voltadas para avaliações e validação dos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras. Todos os trabalhos de auditoria são validados sob a metodologia do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

A área de Auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração a eficiência do controle interno e do sistema de gestão de risco, de forma a contribuir para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo também periodicamente reportados os resultados das respectivas auditorias, bem como das evoluções decorrentes das implementações e/ou regularizações dos planos de ação.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Não há deficiências significativas reportadas pelos Auditores Independentes sobre controles internos que impactam a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme mencionado no item 5.3 (d), os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Adicionalmente, a Companhia esclarece que o relatório das Deficiência de Controles Internos, emitido pelos auditores independentes, é anualmente encaminhado à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) com os comentários das unidades de negócios responsáveis.

A unidade de ICR (Internal Control Over Reporting) monitora os prazos e implementação dos planos de ação proposto ao longo do exercício subsequente.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia possui um Programa de Compliance ("Programa de Compliance"), formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração, cuja finalidade é garantir a aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), estabelecendo uma série de medidas preventivas. O Programa de Compliance foi avaliado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e obteve o reconhecimento de Empresa Pró-Ética nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Em 2020, o Programa de Compliance foi avaliado para o processo de obtenção da certificação voluntária do sistema de gestão antissuborno, nos termos da norma internacional ISO 37001: 2016, e, nos anos de 2021 e 2022, o órgão certificador, após análises de manutenção realizadas periodicamente, manteve a referida certificação.

Adicionalmente, a Companhia também adota, conforme formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 22/12/2016, o Programa Global de Compliance do Grupo Enel, aplicável para todas as sociedades do Grupo Enel no mundo, o qual se baseia nos requisitos das mais sofisticadas leis anticorrupção do mundo, como FCPA e UK Bribery Act 2010.

Adicionalmente, a Companhia dispõe dos mecanismos e procedimentos de integridade listados a seguir, aplicáveis à todas as empresas do Grupo Enel no Brasil.

Trata-se de mecanismos internos baseados nas melhores práticas de mercado e regulamentos nacionais e internacionais, bem como nos principais documentos da Organização (Programa Global de Compliance, Código de Ética etc.), elaborados em conjunto pelas áreas responsáveis pelos respectivos processos e autorizados/aprovados pela Alta Liderança.



### 5.3 Programa de integridade

- (i) **Código de Ética:** o Grupo Enel dispõe de um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades a ele pertencentes, o qual expressa os compromissos éticos e as responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- (ii) **Plano de Tolerância Zero com a Corrupção:** a Companhia observa o Código de Ética do Grupo Enel, bem como os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global da ONU. O Pacto Global é uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. ( <https://www.pactoglobal.org.br/>). Dessa forma, é exigido que seus colaboradores sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas funções. Os mesmos compromissos também são exigidos das demais partes interessadas, ou seja, das pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual “as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno”, é intenção da Companhia continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparência recomendados pelo “Transparency International”.
- (iii) **Modelo de Prevenção de Riscos Penais:** o Modelo de Prevenção de Riscos Penais constitui parte integrante do Programa de Compliance (aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29.03.2021), para efeitos da Lei Anticorrupção, com objetivo de prevenir a prática de delitos nas operações da Companhia, mitigar os riscos associados à responsabilidade penal da pessoa jurídica e de pessoas físicas exercendo atividades representando a Companhia, à responsabilidade da pessoa jurídica para efeitos da Lei Anticorrupção, e aos riscos de responsabilidade administrativa estabelecidos no Programa Global de Compliance.
- (iv) **Política Antissuborno:** o Grupo Enel dispõe de uma Política Antissuborno, aplicável a todas as sociedades a ele pertencentes, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06/02/2020, a qual define os objetivos gerais de prevenção e luta contra a corrupção e suborno, as principais proibições, direcionamentos e responsabilidades.
- (v) **Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** O Grupo Enel dispõe de uma Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 19.01.2023, a qual define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de

### 5.3 Programa de integridade

qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do Grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com essas últimas.

- (vi) **Política de Conflito de Interesses:** O Grupo Enel dispõe de Política de Conflito de Interesses, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 24.03.2021, a qual estabelece o procedimento de identificação e condutas em situações de conflito de interesses. A referida política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (vii) **Política de Presentes e Hospitalidades:** A Companhia dispõe de Política de Presentes e Hospitalidades, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 18.03.2019, a qual define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e hospitalidades, identificando papéis, responsabilidades e métodos de gerenciamento e controle. Nos termos da política em questão, é vedada qualquer forma de presente que possa ser interpretado como algo que exceda as práticas comerciais ou de cortesia normais de mercado, ou de qualquer forma oferecidos com a intenção de receber um tratamento favorecido na realização de qualquer atividade vinculada à Companhia. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (viii) **Procedimento de Gestão de Doações:** A Companhia adota um procedimento interno de gestão de doações de qualquer natureza em nome da Companhia, aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia, garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (ix) **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** o Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas consiste em um documento anexo ao Código de Ética do Grupo Enel, com o objetivo: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que suponham vantagens competitivas ilícitas; e (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações

### 5.3 Programa de integridade

com funcionários públicos e autoridades públicas.

#### Outras atividades que compõem as atividades do Programa de Compliance:

- (x) **Ações de Comunicação:** ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de Compliance através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV. Anualmente é realizada a Semana Ética, período em que são reforçadas as principais práticas de controle e combate a corrupção da organização através da realização de eventos diversos, capacitações e comunicações, incluindo atividades para nossos parceiros de negócio.
- (xi) **Condução de Treinamentos:** são realizados treinamentos, presenciais e online, para reforçar os temas relacionados à gestão de Compliance e fortalecer os padrões éticos da Companhia. Os treinamentos abrangem colaboradores de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração.
- (xii) **Canal de Denúncias:** a Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas por meio do site do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, São Paulo – SP – CEP 04794-000. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- (xiii) **Procedimento Específico para Contratação de Serviços de Consultoria e Serviços Profissionais:** considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o Grupo Enel conta com procedimento específico que regula estas contratações dessa natureza, por meio de fluxos específicos de comunicação e aprovação. A fim de verificar o seu correto cumprimento, semestralmente, é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencia a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.
- (xiv) **Declaração de Cumprimento com o Programa de Compliance:** A primeira linha do corpo diretivo (Diretores e Membros do Conselho), semestralmente, assina a declaração de conformidade com o Programa de Global de Compliance, por meio qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem

### 5.3 Programa de integridade

qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo.

- (xv) ***Due diligence prévia para Contratação de bens e Serviços:*** o procedimento de *Due Diligence* permite aumentar a segurança no momento da contratação de bens e serviços, além de atenuar riscos no relacionamento com os atuais e futuros parceiros de negócios da Companhia. O procedimento consiste em um conjunto de atos investigativos que devem ser realizados antes de uma contratação para conhecer em detalhes a real situação do terceiro e os riscos envolvidos na transação.

Por fim, a Companhia esclarece que a avaliação dos riscos relacionados à ocorrência de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública é realizada periodicamente, em linha com a execução das atividades de auditoria. Os testes de efetividade dos controles são realizados ao menos uma vez ao ano e nos casos de mudanças que afetam os riscos de corrupção e do Sistema de Gestão Antissuborno.

Na medida em que mudanças nos processos ou atividades de controle forem identificadas, a matriz de riscos, controles, políticas, procedimentos, práticas e outros componentes destes poderão ser atualizados para garantir sua melhoria contínua.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade fica a cargo da área de Auditoria Interna, a qual conta com um cargo interno formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de fevereiro de 2022, como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de Compliance Officer). Dentre suas principais funções, cabe a Auditoria Interna assessorar o Conselho de Administração na implementação e manutenção do Programa de Compliance da Companhia, bem como o seu monitoramento e atualização, a fim de mitigar os riscos que possam gerar responsabilidade para a Companhia. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna é responsável por realizar a análise de riscos e realizar o controle, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

O Responsável pela Prevenção de Delitos deve reportar periodicamente suas principais atividades ao Conselho de Administração, possuindo acesso direto e imediato aos seus

### 5.3 Programa de integridade

membros e membros da alta direção da Companhia no caso de qualquer situação de não cumprimento ou preocupação que possa ocasionar riscos de suborno e/ou corrupção, com autonomia e independência para o exercício de suas funções e para definir iniciativas e monitoramento de controle, bem como acesso a quaisquer informações e documentos necessários para o exercício de suas funções.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Grupo Enel possui um Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 29/09/2021, que dispõe sobre os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades dos negócios do Grupo Enel e de suas operações corporativas que guiam todas as ações da Companhia, estabelecendo orientações de como todos devem interagir com os demais colaboradores da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética do Grupo Enel, ao qual a Companhia está vinculada, se aplica a todos os seus colaboradores que tenham qualquer vínculo com a Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária e Não Estatutária.

Dentre as orientações estabelecidas, consta a necessidade de se observar o Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

Os princípios e condições contidos no Código de Ética do Grupo Enel são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao Grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, as companhias do Grupo Enel exigem que seus fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais do Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do Grupo Enel são apuradas e, caso seja

### 5.3 Programa de integridade

identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas, conforme previsto no Código de Ética e no Procedimento de Medidas Disciplinares, que estabelece metodologia para aplicação de medidas disciplinares administrativas estruturadas a fim de apoiar o desenvolvimento.

• **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de dezembro de 2010, e a versão atualizada e vigente foi aprovada em 29 de setembro de 2021. Cópia do Código de Ética está disponível no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/quemsomos/archive/d2018-comportamento-etico.html>),

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**Telefone:**

0800 892 0696

**Endereço para envio de Carta para Auditoria Interna da Enel Brasil:**

Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, São Paulo – SP – CEP 04794-000

**Endereço Eletrônico do Canal Ético:**

<https://secure.ethicspoint.eu/domain/media/pt/gui/102504/index.html>

**i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal Ético é externo, ficando a cargo de empresa terceirizada com notória *expertise* no ramo de recebimento de denúncias e filtros de apurações a serem repassados à Auditoria Interna da Companhia, garantindo total isenção no acolhimento das manifestações.

**ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal Ético pode ser utilizado por qualquer pessoa, colaborador ou terceiro, para compartilhamento de informações sobre violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética da Companhia.

**iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho. A Enel estabelece em seu Código de Ética a proteção aos denunciante de boa-fé contra qualquer tipo de retaliação. A confidencialidade da identidade da pessoa que faz a comunicação também é

### 5.3 Programa de integridade

assegurada, sem prejuízo das obrigações legais.

#### **iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A gestão, apuração e tratamento das denúncias enviadas ao Canal Ético estão sob responsabilidade da Auditoria Interna da Companhia, que deverá apurar as investigações e, após sua conclusão, delibera as medidas cabíveis para endereçar as ações mitigatórias sobre fragilidades identificadas e junto às áreas responsáveis apoia na definição das medidas disciplinares, quando aplicável.

Adicionalmente, nos termos do item 4.4 do Código de Ética, nos casos considerados mais importante, a Auditoria Interna enviará as informações ao Presidente do Conselho de Administração e ao Diretor Presidente da Enel Brasil S.A. (acionista controladora direta da Companhia) informando a respeito das violações e medidas resultantes tomadas.

Nos demais casos, os relatos são feitos diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, e um relatório sumário do ocorrido é fornecido ao Diretor Presidente da Enel Brasil S.A.

A depender do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como Pessoas e Organização, Jurídico, Segurança e Meio Ambiente e Segurança Patrimonial, com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma remediação. Ainda, conforme o resultado da investigação, poderão ser feitas recomendações para o gestor da área/processo envolvido, o qual será responsável por implantar tais ações em resposta aos riscos e vulnerabilidades identificadas.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as medidas necessárias e implementar planos de remediação.

#### **c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não foram confirmados casos envolvendo atos ilícitos praticados contra administração pública, nacional ou estrangeira.

#### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

### **5.3 Programa de integridade**

Não aplicável, visto que, conforme descrito ao longo deste item, a Companhia possui políticas e diretrizes que identificar e combater desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.



## 5.4 Alterações significativas

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.